O Universalismo Ético e as Relações de Trabalho
The Universalitic Ethics and Work Relations
El Universalismo Ético y las Relaciones de Trabajo

Mírta Leren Misailidis
Doutora em Direito pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. Professora do PPGD da UNIMEP.

Resumo
A ideia de elaborar o presente trabalho nasce do desejo de participar da homenagem ao querido colega Prof. Ercílio Denny e de relembrar, sua presença e valiosa produção acadêmica. Assim, buscando um ponto de conexão com suas publicações sobre a Ética, optamos pelo tema da ética e as relações de trabalho.

O trabalho humano reponde a um fundamento ético que é o valor da dignidade da pessoa humana e esse valor exige a proteção jurídica, isto é, proteção por meio de direitos que integram o rol dos direitos humanos. Portanto, o tema em questão possibilita relacionar o conteúdo ético do conceito do trabalho com os preceitos jurídicos, com a finalidade de destacar que as normas inseridas no Direito do Trabalho estão imbuídas dos valores éticos, os quais devem permear as relações de trabalho. O conceito do trabalho como atividade humana é o produto das diversas ideologias que vigoraram em cada momento da história da humanidade que foram sedimentando-se e constituem o conceito do trabalho moderno. Porém esse atual conceito apresenta a seguinte dicotomia libera, ao trabalhador e ao mesmo tempo o subordina aos interesses do capital. E no momento atual, em que o trabalho constitui-se objeto de troca, reaviva a dialética da ética normativa do trabalho não como valor de mercado, mas como valor da ética personalista, qualquer que seja a forma em que o trabalho se manifeste.

Palavras chave: ÉTICA; RELAÇÕES DE TRABALHO; DIGNIDADE DA PESSOA HUMANA.

Resumen
La idea de elaborar el presente trabajo nació del deseo de participar del homenaje al querido compañero Prof. Ercílio Denny, recordando su presencia y su valiosa producción académica. Para esto, buscamos un punto de conexión/enlace con sus publicaciones sobre la Ética y optamos por el tema de la ética y de las relaciones de trabajo.

El trabajo del ser humano responde a un fundamento ético, que es el valor de la dignidad de la persona. Este valor exige una protección jurídica. O sea, la protección por medio de derechos que integran el rol de los derechos humanos. Por lo tanto, el tema en cuestión posibilita relacionar el contenido ético del concepto del trabajo con los preceptos jurídicos, con la finalidad de destacar que las normas inseridas en el Derecho del Trabajo están imbuídas de los valores éticos, los cuales deben sustentar estas relaciones. El concepto del trabajo como actividad humana es el producto de las diversas ideologías que vigoraron en cada momento de la historia de la humanidad y que fueron sedimentándose, hasta constituir actualmente el concepto del trabajo moderno. Sin embargo, este concepto presenta la siguiente dicotomía: por un lado libera...
al trabajador, mas al mismo tiempo lo subordina a los intereses del capital. En este momento, en que el trabajo se constituye en objeto de intercambio, se reaviva la dialéctica de la ética normativa del trabajo, cualquiera sea la forma a través de la cual él se manifieste, no como valor de mercado, sino como valor de la ética personalista.

**Palabras clave:** ÉTICA; RELACIONES DE TRABAJO; DIGNIDAD DE LA PERSONA HUMANA.

**Abstract**

The Idea on elaborating this paper arouse in the will to participate on the memory celebration paper to our dear Professor Ercilio Denny and to remember his presence and valuable academic production. Then, searching a connection point from his publications on Ethics, we opted by the theme ethics and de labour relations.

The human labour responds as an ethical foundation which is a value of human person dignity and this value demands legal protection which means protection through rights that integrate the human right rule of law. The current theme allows an analytical relation of ethical contentant of the legal labour concepts with the intent to spot the ethical values inserted on the labour rights which must guide the labour relations. The concept of labour as a human activity is a product of many ideologies that rule each historical human kind moments that got sedimented and constitute the modern labour conception. Actually, the labour conception represents the dichotomy by liberating the worker and at the same time subordinating him to monetary interests. At this moment on which work constitutes a changing object, the dialectical normative ethics arises not as a market value, but a personalist ethics concept, no matter the way the work take place.

**Key Word:** ETHICS; WORK RELATIONS; DIGNITY OF HUMAN PERSON.

A ética relaciona-se com o comportamento moral dos homens em sociedade, ou seja, dos atos conscientes e voluntários dos indivíduos, que afetam outros indivíduos, determinados grupos sociais ou a sociedade em seu conjunto. Por sua vez, se consideramos a moral como um conjunto de regras ou normas destinadas a disciplinar as relações dos indivíduos, numa determinada sociedade, seu significado e validade, não pode deixar de mudar historicamente nas diversas sociedades. Portanto, segundo Vasquez a moral é histórica e conseqüentemente, a ética, como ciência da moral deve considerá-la mutável com o tempo.1 Nesse sentido, deve entender-se a possibilidade do pluralismo ético o qual pode desenvolver-se sob a condição que se compartilhem valores éticos mínimos.

O pluralismo ético se constrói sobre a idéia que existe um consenso social e ético sobre determinados valores, que a sociedade não pode renunciar, sem afetar negativamente à humanidade. É nesse aspecto o conteúdo ético do conceito de trabalho que deriva do pensamento universal, o qual não pode ser desconsiderado, qualquer que seja a forma que adote o trabalho na posmodernidade ou naquelas que se sucederão.2

Assim a origem e desenvolvimento das relações de trabalho na economia moderna refletem instâncias éticas provenientes de diversas ideologias sociais. Essas instâncias estão inseridas na gênese do Direito do Trabalho, presente em todos os

---

1 VÁSQUEZ, Adolfo, Sanchez. Ética, pags.12 e25
2 BRIGNONI, Hugo Fernandez. El contenido ético del concepto de trabajo. pags.53 e53
ordenamentos jurídicos, reivindicando o valor do trabalho como princípio fundamental da dignidade da pessoa humana.³

O significado ético dessa reivindicação constata-se na posição que ocupava o trabalho na ideologia econômica moderna, sua redução ao valor econômico de mercadoria. O trabalho enquanto valor econômico objetivo, passível de transação mercantil, adquirível em troca do valor em dinheiro, encontra-se nas primeiras teorias sobre a relação do trabalho como esquema jurídico. Porém a ideologia econômica clássica considerando o trabalho como mera mercadoria foi superada, valorizando-o como atividade da pessoa. A vinculação do trabalho aos contratos de locação de serviços e venda, correspondeu a uma exigência de afirmação da liberdade de troca, por meio de um instrumento contratual individual.

A adoção dessa categoria jurídica, conduziu ao conceito do trabalho a um bem, do qual pode conceder-se o uso (prestações) em troca do salário (contraprestação). Essa ideologia originária de reduzir o trabalho a coisa passível de apropriação ou de devolução, tem deixado nos mais modernos ordenamentos jurídicos a idéia objetiva do trabalho e a possibilidade de sua avaliação econômica, dentro de certos critérios de racionalidade técnica (duração, qualidade, quantidade, resultado) próprio do mundo das coisas.

Segundo Grandi o intento de superar o trabalho do mundo das coisas para reconduzi-lo à esfera existencial da pessoa, tem propiciado o ingresso da pessoa mesma do trabalhador na relação contratual como objeto, sujeitando-se ao poder de mando de quem assume, em virtude do contrato, o direito de utilizar suas energias pessoais.⁴

Embora os Estados modernos tenham assegurado os direitos fundamentais dos trabalhadores regulamentado tais direitos, nunca o fizeram em conflito aberto com os interesses do capital. Ainda, nos países que conseguiram proporcionar elevados níveis de proteção social, tudo se deu com o beneplácito dos empregados e empregadores, que viram seus mercados internos crescerem, decorrente da política do bem-estar social.⁵

A concepção humanista não conseguiu desvencilhar a concepção do trabalho como categoria econômica. Durante todo o Século XX, as relações de trabalho têm convivido com as experiências de racionalização produtiva de valorização objetiva das atividades e seus rendimentos econômicos (taylorismo e fordismo)

A afirmação de que o direito do trabalho teria concretizado a humanização real do trabalho em lugar do humanismo puramente formal, a ética humanista encontra o limite na concepção do trabalho como valor de mercadoria, presente nos atuais sistemas normativos das economias de mercado.

Neste começo de século, desponta como uma das grandes indagações a questão do trabalho. Que futuro está reservado aos direitos sociais, à questão do emprego, da fome e da miséria de um lado, e da explosão tecnológica de outro?

O comportamento internacional nas políticas econômico-sociais, questão ambiental e os fundamentalismos religiosos e étnicos, em nível mundial, evidencia a profunda separação entre a realidade e o campo da ética.

Para a OIT, o desemprego e o subemprego são uma das maiores preocupações do Século XXI, pois tais fenômenos afetam a milhões de pessoas, não só nos países pobres. Eles também estão presentes em vários países da União Européia. Entretanto,

apesar de aparecer em melhor situação os Estados Unidos e a Grã-Bretanha também apresentam desigualdades salariais acentuadas, dando lugar a uma nova categoria de assalariados: os trabalhadores informais.6

A corrente neoliberal tem promovido a ideia de que as normas como os salários devem ser fixados pelas leis do mercado, deixando, em mão da competitividade e do crescimento econômico, a elevação do nível de vida dos trabalhadores.7 Assim, a exclusão, seja pelo desemprego ou pela desigualdade de ingressos coloca em risco a coesão social, o que já se manifesta no aumento do trabalho informal, na marginalização e muitas vezes desses fatores transcende a delinqüência. Contudo, não há respostas fáceis para o problema, pois o elemento fundamental consiste no crescimento econômico, o que provoca uma progressiva inadequação do esquema normativo tradicional, considerando o trabalho humano como valor objetivo de troca.

Afinal que é a ética nas relações de trabalho?

É difícil conceber que uma empresa se considere antiética nas relações de trabalho, porém, é mais difícil encontrar empresas em que as relações estejam permeadas por uma verdadeira ética. A realidade deixa a desejar. Porque, além das normas heterônomas, mediante as quais o povo hipoteticamente se manifesta e das formas de representação sindical, há uma ditadura empresarial, devido a qual o valor da ética está longe dos princípios e da prática do direito do trabalho.

O empregador tem a faculdade que lhe outorga o poder de direção da prestação de serviço para elaborar normas disciplinares internas, ditar regras para execução do serviço e realizar alterações da jornada de trabalho, turnos, horários, etc. Assim, a sujeição do trabalhador às diretrizes do empregador, não se limita à imposição de ordens e normas a respeito da prestação laboral, mas define-se pela exigência de resultados para atender aos interesses do sistema produtivo da empresa.

A ética e a ideologia mercantil do trabalho

As relações de trabalho na economia moderna refletem as instâncias éticas provenientes de diversas culturas e ideologias sociais. A presença dos valores éticos estão presentes no código genético do direito do trabalho, sintetizado na valorização do trabalho como elemento constitutivo da pessoa. Isto representou o significado ético da reivindicação da posição do trabalho na ideologia da economia moderna do homo faber dos estatutos corporativos da economia medieval.8 Esta ideologia sobre a base do direito de propriedade coloca o indivíduo e o trabalho no centro do processo de produção da riqueza, identificado com a quantidade de mercadoria disponível do qual fala C. Marx em sua obra O Capital.9

O processo de reificação do trabalho quanto valor econômico, objeto de aquisição no mercado entregue em troca do valor mercantil solidificado em dinheiro, constituindo-se em mercadoria viva que é o trabalho humano, está na origem das primeiras teorias sobre a relação do trabalho como esquema jurídico.

Porém, o papel pioneiro das doutrinas jurídicas com relação à ideologia econômica clássica sobre a reificação do trabalho como mera categoria mercantil, retira-lhe sua objetividade e reabilita-o como atividade da pessoa A adoção dessas doutrinas,

---

7 VON POTOBESKY, 1995, p. 11.
8 GRANDI, Mario. op.cit., p.220
obedece a uma lógica de assimilação do trabalho a um bem do qual se pode conceder o uso ou colocar a disposição em troca do salário.

Por sua vez, o trabalhador dada sua situação de garantir o seu sustento e a de sua família, não dispõe efetivamente da plena autonomia da vontade e aceita unilateralmente as condições impostas pelo empregador. E dessa relação surge o contrato de trabalho, no qual estão presentes os aspectos subjetivos e objetivos, dado a impossibilidade de separar a pessoa do trabalhador da fonte produtiva de valorização objetiva, que são as atividades que desenvolve no contexto dos rendimentos econômicos do empregador.

Portanto, a subordinação do trabalhador é o elemento fático jurídico para determinar o vínculo empregatício e o objeto do direito do trabalho. A respeito, disso Plá Rodriguez afirma que as fronteiras das relações de trabalho têm a dificuldade e a particularidade de sua mobilidade e dinamismo. E acrescenta o autor que nos últimos trinta anos essas fronteiras se moveram tanto para estender-se como para reduzir-se e na maioria dos casos, essa mobilidade as tornou confusas. Esta afirmação do autor, confirma-se nas atuais modalidades de flexibilização das relações de trabalho que pretendem dar um papel preponderante à autonomia da vontade do trabalhador, daquele outorgado pela ordem jurídica trabalhista.

Nesse sentido, derrogam-se normas heterônomas que regulamentam o vínculo empregatício, dando espaço à prestação do trabalho sem qualquer proteção, mantendo o esquema mercantil da economia clássica. Flexibilizam-se as normas trabalhistas reduzindo seu âmbito de aplicação do direito do trabalho, pela via da interpretação doutrinal e jurisprudencial, isto é: estreitando-se as fronteiras.

A fim de ampliar essas fronteiras, foram formulados pela doutrina estrangeira diversos critérios e não apenas o elemento fático da subordinação, o critério da pessoalidade, da dependência econômica, a hipossuficiência, a parassubordinação, etc. Entretanto, o elemento da subordinação como critério determinante da aplicação do direito do trabalho, prevalece especialmente na doutrina e na jurisprudência dos países da América Latina. Porém tal posição não é pacífica. Segundo Rivas o critério da subordinação vem sendo constantemente impugnado, ao afirmar que a história do direito do trabalho se identifica com a história da subordinação, já a história de sua impugnação é tida como critério distintivo do trabalho dependente.

Cabe assinalar que o tipo de subordinação inerente ao contrato de trabalho não é a mesma subordinação que existe nos demais contratos civis ou mercantis, em que surgem obrigações para uma das partes contratantes e a parte que se obriga subordina sua conduta ao contrato, no sentido de cumprir a obrigação assumida.

No contrato de trabalho, a subordinação adota características específicas, não se exaurir no cumprimento da obrigação de prestar o serviço, mas deve prestá-lo com sujeição pessoal ao poder de direção do empregador, o que resulta uma submissão da pessoa do trabalhador à autoridade hierárquica do empregador. Por sua vez, a desigualdade econômica do trabalhador o impede do livre exercício da autonomia da vontade que possibilite a negociação das condições do trabalho de uma maneira equânime.

A adoção de propostas de lógicas mercantis nas relações de trabalho especificamente no setor da indústria com a aplicação de técnicas de racionalização produtiva e rendimentos econômicos dos modelos taylorismo-fordismo, que surgem no

---


11 RIVAS, Daniel. La subordinación. criterio distintivo del contrato de trabajo Montevideo: 1996, p. 34.
Século XX, manteve o trabalho humano como valor mercantil. Além disso, a atual racionalidade da economia de mercado não é menos perversa, quanto ao tratamento do trabalho humano como mercadoria, o que representa uma contínua agressão à dignidade da pessoa humana do trabalhador.

Essa afirmação constatamos na descentralização empresarial ou terceirização do trabalho produtivo, que consiste em um dos aspectos mais nefastos da descentralização produtiva, ou seja, tornar difuso o critério da subordinação jurídica. O que permite a simulação da prestação do trabalho autônomo, provocando situações fraudulentas que infringem o direito e prejudicam a sociedade como um todo.

Assim, o atual sistema de produção, sob o manto da descentralização produtiva, afasta-se cada vez mais do núcleo do trabalho fabril que tem servido de modelo durante séculos para o avanço regulador do direito do trabalho. Impulsionados pelas novas possibilidades técnicas exteriorizam-se setores significativos do processo produtivo, recorre-se ao trabalho em domicílio, ao teletrabalho etc., ao que se acrescenta a diminuição do número de empregados em relação à dimensão da empresa.

Nas atuais relações de trabalho, ainda, podemos constatar um dos efeitos mais significativos: a diferenciação da mão-de-obra qualificada e não qualificada o que permite uma oferta ilimitada de trabalho a nível mundial, em relação à demanda de trabalho não qualificado. As atividades industriais, administrativas e de serviços que não requerem uma mão-de-obra especializada podem deslocar-se para países com menos custos laborais e que apresentam mais vantagens competitivas do ponto de vista do mercado internacional. Assim, o desenvolvimento tecnológico e a globalização destoem de um lado e deslocam por outro, empregos não qualificados para os países com menores custos da mão-de-obra e com menor rigor das normas trabalhistas e ambientais para o desenvolvimento de suas atividades produtivas.

A abertura dos mercados leva à crescente descentralização e à fragmentação das atividades produtivas, fatores que se manifestam por intermédio das perdas de emprego e em detrimento das condições do trabalho, deixando o trabalhador enfraquecido diante de uma realidade mais afastada do esquema normativo tradicional do direito do trabalho.

Os processos de flexibilização e desregulamentação buscam aumentar as modalidades de trabalho que destacam a autonomia individual e subordinam as atividades laborais à dinâmica do mercado, destacando as vantagens da oferta. Assim, o trabalhador fica exposto às incertezas e aos riscos da mercantilização de suas atividades laborais. E os humanistas não se encontram incômodos em preconizar essas formas de inserção do trabalhador no mundo do trabalho, enfrentando-se assim como uma nova proposta do trabalhador com *homo economicus* e ao mesmo tempo sujeito ativo do próprio mercado.12

A empresa moderna é uma realidade mais difusa na qual a lógica do contratualismo toma o lugar da lógica da hierarquia. A empresa moderna é uma empresa-rede, uma empresa virtual que não possui nada e cuja única virtude consiste em sua capacidade em mobilizar agentes econômicos, limitando-se a uma conjunção de contratos organizados, o que consiste em assegurar-se um conjunto de agentes produtivos mais ou menos estáveis com os quais se estabelecem vínculos contratuais.13

O empregador da nova empresa não necessariamente assume o controle da atividade produtiva não decide em últimas instâncias as diretrizes a ser seguidas, já não é quem contrata ao trabalhador. Isso porque as categorias classicas de empregado e

---

12 GRANDI, Mario, po.cit. p.625.
empregador nas quais se fundamentou e desenvolveu o direito do trabalho, não se
dividam claramente com os sujeitos que interagem nas relações de trabalho da
empresa moderna. A doutrina estrangeira começa a propor novas expressões
conceitualmente mais amplas e difusas para identificar os novos atores, em decorrência
que a subordinação e o trabalho autônomo, tornam-se mais tênues e difíceis.
Nesse sentido, uma das principais dificuldades que enfrenta o direito do trabalho
consiste em como proteger o trabalhador diante da nova investida da ordem econômica,
frente ao processo de transformação empresarial, que coíbe a ação sindical e torna
complexa a criação de uma ordem jurídica que controle a verdadeira fonte de poder
que atua sobre o trabalhador. Como destaca Ermida Uriarte é necessário inverter a
lógica jurídica que cuida mais do descumprimento do direito do próprio direito.
Corolário desse processo é a fragmentação da força de trabalho, a redução a um
núcleo duro de trabalhadores com vínculo empregatício que tem como elemento em
comum a identificação com o gerenciamento das atividades da empresa e o incremento
do número de trabalhadores temporários em condições de trabalho precárias. Apesar do
aspecto formal não integrar a categoria de assalariados, sua condição de dependência
econômica não os torna diferentes.
O fracionamento da classe trabalhadora vem repercutindo negativamente nos
institutos do direito coletivo do trabalho, principalmente à organização sindical, sujeito
colletivo por excelência, restando-lhe força e coesão perante as categorias que
representa.
O modelo de organizações empresariais flexíveis, requer a livre contratação da
mão -de- obra, a remuneração em função da produtividade e os acordos individuais das
condições de trabalho. Estratégias estas que têm como finalidade desvirtuar os
institutos como: a negociação coletiva, acordos, convenções coletivas de trabalho e a
greve, ou que acarreta a perda da organização sindical dos espaços de poder e controle
dentro da empresa.
Se por um lado, a negociação coletiva preserva-se dentro da ordem jurídica, sem
alterações no marco legal, por outro, quando se analisa seu funcionamento e aplicação
verifica-se que a negociação coletiva tem como objetivo limitar os danos para preservar
os postos de trabalho.
No que diz respeito aos limites da fonte da autonomia coletiva, assinala
Barbagelata a afetação da proteção convencional por razões de ordem dogmática e por
dados da realidade, destacando que dentro do processo de revisão dos instrumentos de
negociação coletiva há um retrocesso dos princípios mais benéficos das condições de
trabalho. O que admite a introdução de restrições ou reformas in pejus aos benefícios
previamente conquistados.14
Isso conduz ao renascimento de concepções mercantilistas do trabalho, em um
contexto de desregulamentação e reestruturação flexível do mercado de trabalho. Nesse
sentido, o direito ao trabalho é considerado como elemento de concorrência, o qual pode
ser obtido por intermédio de negociações diretas entre as partes contratantes, e não
mediante os instrumentos de autotutela presentes nos contratos coletivos.
Segundo Däubler a autonomia individual dos trabalhadores não se garante com
medidas judiciais, tendo mais importância, a existência de uma eficaz representação dos
interesses por parte das entidades sindicais. 15

14 BARBAGELATA, Hugo, Vigencia y eficacia de los instrumentos normativos en el Derecho Laboral. in
15 DÜBLER, Wolfgan. La autonomia de las partes en la negociación colectiva. in Evolucion del
Pensamiento jusbalarista, op. cit., p.663.
Considerações finais

A existência de conteúdos éticos nas normas jurídicas é inquestionável. E o direito do trabalho reflete esse ideal, preservando os valores éticos mínimos reconhecidos nas normas que o integram. Porém, ao mesmo tempo em que reafirma o conceito ético personalista do trabalho, está reafirmando o conceito da dignidade da pessoa de quem o executa: o trabalhador.

A incorporação da Declaração de Filadélfia em 1944 à Constituição da OIT é uma demonstração do caráter ético valorativo da normativa trabalhista e de sua junção com a ética de valores contida no conceito de trabalho. Assim, a idéia ética normativa de que o trabalho não deve ser considerado mercadoria, como o expressam os princípios fundamentais da Declaração de Filadélfia, provocou a valorização da ética do trabalho e a proteção dos direitos inerentes à personalidade. Isto deixa, para trás uma concepção mercantilista do trabalho e, promoveu, um sistema protetor baseado no intervencionismo estatal e na ação coletiva dos sindicatos na defesa dos interesses dos trabalhadores.

Atualmente, há uma manifesta (re) mercantilização do trabalho, decorrente, dos novos modelos de produção, gerando a difusão de formas atípicas de contratos e de relações de trabalho, promovendo a diminuição da proteção jurídica e voltando a revigorar a concepção mercantil do passado. Entretanto, o verdadeiro problema ético de hoje não é a ausência de normas de proteção dos direitos humanos dos trabalhadores com conteúdos éticos. Pois, concorrem nesse sentido as normas constitucionais nacionais, os pactos e declarações de direitos humanos gerais, em âmbito universal e outros de direitos sociais ou estritamente das relações de trabalho. O principal problema é a forma com que os valores mínimos éticos são observados na prática. Por exemplo, as novas formas flexíveis e atípicas de emprego que permitem a contratação de um trabalhador, constituído como uma empresa, podem ser entendidas como a subordinação do trabalho humano aos interesses do capital, o que provoca a exclusão do trabalhador da proteção jurídica trabalhista e a recuperação da concepção mercantil. Isto constitui, o desrespeito dos valores que fundamentam o conteúdo ético das normas. Afinal as normas nascem da realidade social, adaptando-se aos valores que pretendem proteger. Nesse sentido, a norma trabalhista transcende o âmbito do positivismo jurídico com a reafirmação dos valores éticos do conceito do trabalho:o trabalho humano não é mercadoria.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS


